



IV Congresso Nacional em Educação

MÉTODOS E DESAFIOS DAS PRÁTICAS DOCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID 19 EM UMA CRECHE MUNICIPAL NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB

Maria de Fátima Siqueira Coutinho Suassuna
UNINASSAU
Campina Grande/PB - Brasil
fatimasiqueira2212@gmail.com

RESUMO

A nova realidade enfrentada no contexto pandêmico atual, a partir do ensino remoto, apresentado como modalidade alternativa, tem suscitado diversos obstáculos ao processo de aprendizagem, principalmente em razão do precário acesso à internet observado em nosso país. No contexto da educação básica, em que pese a legislação assegurar o direito à educação infantil e, consequente desenvolvimento integral da criança, essas garantias estão cada vez mais distantes de serem vislumbradas, principalmente na atualidade. Dessa forma, torna-se imprescindível a reformulação das práticas docentes e do currículo escolar, para que a assimilação dos conteúdos seja possível e a desigualdade do ensino à distância seja atenuada. Assim, através do método qualitativo, traduzido por uma pesquisa de campo realizada em uma creche municipal na cidade de Campina Grande - PB, o presente artigo busca analisar tais dificuldades e as novas técnicas propostas pela equipe docente para superá-las.

Palavras-chave: Pandemia, Creche, Métodos, Ensino Remoto.

INTRODUÇÃO

Com a pandemia provocada pelo novo coronavírus, a partir de março de 2020, o mundo tem vivenciado experiências atípicas, fazendo com que diversos setores econômicos e sociais tenham que se reinventar. Na educação, segmento historicamente prejudicado e defasado, os índices de evasão escolar aumentaram de forma significativa, sobretudo na fase que compreende a educação infantil ao ensino médio. Conforme dados da UNESCO, no Brasil, 81,9% dos alunos da Educação Básica deixaram de frequentar as escolas (FCC, 2020).

Para garantir a continuação do ano letivo, o corpo pedagógico das instituições teve que passar por formações para aquisição de métodos de um novo modelo de ensino e para a reformulação do currículo escolar. Os contatos presenciais e o acompanhamento pedagógico, devido ao afastamento social, imposto por decretos, foram substituídos por aulas remotas, lecionadas à distância mediante a utilização de plataformas digitais.

Na Paraíba, o Decreto Estadual nº 40.122, de 13 de março de 2020, declarou situação de emergência, e, em 17 de março de 2020, com o fechamento das instituições escolares, a Secretaria de Educação Municipal de Campina Grande - SEDUC passou a promover formações para dar suporte aos professores e técnicos envolvidos com às atividades de ensino-aprendizagem, explorando o eixo estruturante das Interações Brincantes, contido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009).

Apesar das orientações norteadoras elaboradas pela SEDUC, fundamentadas em técnicas ressignificadoras e tecnológicas, o processo pedagógico não tem ocorrido exitosamente, considerando, principalmente, que a maioria das crianças não possuem acesso à internet, único canal de acesso às atividades síncronas e assíncronas.

Nesse sentido, a identificação das possíveis causas que impedem o acesso à aprendizagem, o acompanhamento, a interação entre a professora e a família e a apresentação de novas técnicas de aprendizagem mostram-se essenciais para que o aluno tenha, gradativamente, condições de absorver os conteúdos, de manter o foco e de aumentar sua participação, diminuindo, conseqüentemente, as possibilidades de desistência e evasão escolar.

De acordo com Piaget (1999), a criança passa por quatro estágios ou períodos do desenvolvimento, desde o seu nascimento, a saber: os estágios sensório-motor (0 a 2 anos), pré-operatório (2 a 7 anos), operatório concreto (7 a 11 anos) e operatório formal (12 em diante). Este artigo, portanto, enfatiza tão somente os dois primeiros estágios de desenvolvimento, os quais abrangem a Educação Infantil, realizada nas creches, a fim de analisar os métodos utilizados para superar os desafios apresentados no ensino remoto por essa faixa etária em uma Creche Municipal na cidade de Campina Grande – PB.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida através de uma abordagem qualitativa, na forma de estudo descritivo, sendo realizada por meio de uma pesquisa de campo. Ao buscar a compreensão detalhada dos significados e características situacionais do problema ou objeto investigado, a pesquisa qualitativa permite o aprofundamento e a complexificação do fenômeno (PAULILO, 1999).

A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008, p. 6), é a que “descreve as características de determinadas populações ou fenômenos”. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário, entrevista e a observação

sistemática. Através desses instrumentos, o pesquisador terá condições de desenvolver e alcançar os objetivos propostos em seu estudo.

Destarte, pretende-se identificar os métodos utilizados para superar os desafios ocasionados pela pandemia do Covid – 19 em turmas de uma creche municipal na cidade de Campina Grande - PB, assim como sua eficácia.

REFERENCIAL TEÓRICO

As creches surgiram no Brasil no final do século XIX, após o processo de industrialização. Quando as mulheres que tinham filhos pequenos começaram a trabalhar fora de casa, surgiu a necessidade de haver um local onde essas trabalhadoras pudessem deixar seus filhos. Assim, de caráter assistencialista, as creches foram surgindo para suprir e substituir os cuidados, que até então, eram realizados pelas mães. Nesses novos espaços eram oferecidos apenas assistência à saúde, à alimentação e cuidados higiênicos, não havendo, portanto, orientações de aprendizagem pedagógica.

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento e o direito de crianças de zero a seis anos em creches passou a ser assegurado e reconhecido em seu artigo 208, inciso IV. Igualmente estabeleceu, em seu art. 211, a competência dos municípios em oferecer e manter essa fase da educação, determinação reafirmada, dois anos depois, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 (BRASIL, 1988, 1990).

Após a promulgação da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Educação Infantil passou a fazer parte da Educação Básica e as instituições que ofereciam essa modalidade de ensino adquiriram a responsabilidade de proporcionar às crianças vivências e experiências para que estas tenham condições de desenvolver aprendizagens baseadas nos eixos pedagógicos. Frise-se que tais aprendizagens se integram ao processo de desenvolvimento infantil, que deve ser proporcionado nessa etapa (BRASIL, 1996).

Já em 1998, foi criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), promovendo mudanças na área da educação infantil e trazendo orientações sobre os conteúdos e os objetivos das aprendizagens, considerando a criança como um ser em processo de construção de identidade, autonomia e de importância para a sociedade (BRASIL, 1998).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), por sua vez, foram criadas em 2009, com o intuito de orientar o planejamento curricular nas instituições escolares e propor a organização dos eixos Interações e Brincadeiras (BRASIL, 2009). Através do desenvolvimento desses eixos, a criança constrói seu conhecimento e “garante a

produção, conservação e recriação do repertório lúdico infantil” (KISHIMOTO, 2010, p. 3). Além disso, o contato por meio das interações com outras crianças e adultos no cotidiano da família promove a estimulação das múltiplas linguagens visuais, pictográficas, corporais, musicais, orais e escritas.

Homologada em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) corresponde a um documento que estabelece e determina regras norteando o que deve ser ensinado nas escolas brasileiras públicas e privadas da educação básica. No que diz respeito à Educação Infantil, esta deve ser organizada por campos de experiências e se baseia em seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: “conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se” (BNCC, 2017, p. 38-41).

Nesse sentido, devem ser desenvolvidas e vivenciadas atividades específicas que levem à culminância da realização dos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento estabelecidos pela legislação, de forma a contornar os possíveis obstáculos que venham a interromper o processo pedagógico, a exemplo dos observados no contexto pandêmico atual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pandemia que atingiu todo o mundo, os desafios que surgiram foram inúmeros em todos os setores. Na área da Educação, o modelo existente precisou passar por reformulações. Para que o processo educativo tivesse continuidade, as salas de aula ocuparam espaços diferentes e a privacidade e as rotinas das famílias dos alunos e dos professores foram completamente modificadas.

O novo modelo de ensino proposto foi o “ensino remoto”, no qual as aulas são transmitidas através da internet, com o auxílio de várias ferramentas tecnológicas (Whatsapp, Classroom, Google Meet, Teams, Zoom), anteriormente não utilizados. Para uma população de letrados ou de analfabetos tecnológicos, a nova forma de acessar o ensino foi impactante, causando dificuldades de assimilação, fracasso escolar, desistências e até evasão em larga escala.

Após as formações ministradas pelos técnicos e coordenadores da Secretaria de Educação, a professora foi capaz de reformular os planejamentos e as didáticas que seriam oferecidas aos alunos. No caso em estudo, na creche não foi diferente, pois quando foi decretada a suspensão das aulas presenciais, as crianças já haviam passado pela fase de adaptação e já aceitavam e cumpriam uma rotina sem maiores rejeições.

Os métodos utilizados pelas professoras das turmas do berçário ao maternal foram fundamentados nos campos de experiências da BNCC e a SEDUC disponibilizava semanalmente as atividades que deveriam ser desenvolvidas. Mesmo com esse suporte dispensado, foi preciso que cada professor ou cada turma se reinventasse para tentar trazer cada criança para o novo ambiente escolar. O maior entrave registrado foi a falta de acesso ao canal de transmissão dessas aulas, haja vista que a maioria das crianças matriculadas possuem baixo poder aquisitivo, não tendo condições de possuir um computador ou um aparelho celular.

Considerando a recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS de que o tempo máximo de exposição de crianças a materiais digitais seja de no máximo uma hora diária, os professores gravavam pequenos vídeos com o assunto diário, oferecendo conteúdos e o feedback das atividades era postado diariamente no grupo do aplicativo Whatsapp. Entretanto, esse retorno dos pais/alunos era mínimo.

Diante dos desafios, foram elaboradas novas estratégias para conseguir manter a frequência diária, oferecendo às crianças atividades adaptadas a sua realidade, com a utilização de materiais recicláveis, contações de histórias condizentes com seu cotidiano e com realização de chamadas de vídeos para promover a interação e os vínculos afetivos entre os alunos, as professoras e as famílias.

Para as famílias que tinham acesso a internet, foi proposto que compartilhassem os vídeos com as que não possuíam e que moravam perto. Além disso, foram oferecidas atividades direcionadas com orientações para o mediador temporário (os pais) e foi feito o envio das atividades para seus telefones privados, em caso destes trabalharem no horário da aula.

Dessa forma, por meio desses procedimentos utilizados pelas professoras, foi possível manter as crianças frequentando as aulas virtualmente e assim, promover o desenvolvimento das habilidades dos estágios de desenvolvimento cognitivo, através da ludicidade, das múltiplas linguagens, das atividades de exercícios motores, dos jogos, da pintura, da modelagem, da cartonagem, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento cognitivo e motor das crianças que deve ser promovido pela Educação Básica, conforme determina a legislação brasileira, foi significativamente atingido nos últimos meses em razão das dificuldades enfrentadas pelos alunos no acompanhamento

das atividades oferecidas em caráter remoto pelas instituições de ensino, mormente as públicas.

Ainda que os órgãos municipais responsáveis pela gerência da educação tenham caminhado para oferecer meios alternativos de acesso ao novo modelo de ensino, bem como tenham sido formuladas e disponibilizadas técnicas diversificadas de aprendizagem, adaptadas à realidade das crianças, pelas professoras, a exemplo da adaptação da contação de histórias, realização de videochamadas para interação, etc., os níveis de evasão escolar observados são alarmantes, devido, principalmente, à falta de acesso à internet e às plataformas de ensino.

É perceptível, portanto, a eficácia e a importância da reformulação dos métodos e da adaptação de atividades, com o emprego de novas técnicas, habilidades e ferramentas tecnológicas, diante dos desafios de aprendizagem surgidos no período atípico em que vivemos, provocado pela pandemia do COVID-19, com vistas à amenizar a desigualdade do ensino à distância observado na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. *Lei nº 9.3094/96*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília, 1998.

FCC, Fundação Carlos Chagas. Pesquisa: *Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica*. Disponível em:

<<https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>>. Acesso em: 12.jun.2021.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Brinquedos e brincadeiras na educação infantil*. In: Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais, 1., 2010. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG/MEC, nov. 2010.

PARAÍBA. *Decreto nº 40.122*, de 13 de março de 2020. Declara situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde. Paraíba: Diário Oficial do Estado [2020]. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/janeiro/marco/diario-oficial-14-03-2020.pdf/view>. Acesso em: 12. jun. 2021.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. *A pesquisa qualitativa e a história de vida*. Serviço Social em Revista. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul/dez.1999. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/n1v2.pdf>>. Acesso em 12.jun.2021.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Tradução: Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva - 24º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.